

EDITAL DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de disponibilização virtual de informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto na análise e acompanhamento dos investimentos de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade dos mesmos.

MODALIDADE: PREGÃO N.º 01/2021 – **PACS N° 08/2021**

RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET: <http://www.ipremgv.mg.gov.br>

Obtivemos, através da Gerência de Patrimônio, Suprimentos e Contratos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificado.

Local: _____ de _____ de _____.

Responsável pela retirada do Edital: _____

Senhor Licitante,

Solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo do Edital e remetê-lo ao e-mail compras@ipremgv.mg.gov.br

A não remessa do recibo exime o IPREM/GV da comunicação, por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas ao referido site para eventuais comunicações e/ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS N.º 08/2021
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2021

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES – IPREM/GV**, através de sua Pregoeira Oficial, torna público que, na data, horário e local abaixo, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2021** para contratação de empresa para prestação de serviços de disponibilização virtual de informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto na análise e acompanhamento dos investimentos de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade dos mesmos.

REGÊNCIA

Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal Nº 7.522 de 24 de outubro de 2002, Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de Licitação: Menor Preço

Critério de julgamento: Menor Preço Global

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 11 de novembro de 2021 às 09 horas. ROSE?

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas de Preço, bem como a data para a sessão do Pregão, ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

LOCAL: Rua Graça Aranha, 549, Esplanada - Governador Valadares – MG.

PREGOEIRA: ROSILENE ROSÁRIO MARIANO

Equipe de Apoio: Ana Cristina de Souza Fonseca Costa

Elaine Batista Correa de Sousa

Marcella Miranda Di Spirito

Técnico Responsável: Lucas Gonçalves

Pregoeira e a Comissão Permanente de Licitação designados pela Portaria nº 3.441 de 05 de julho de 2021.

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: na internet, no sítio www.ipremgv.mg.gov.br, pelo telefone (33) 3279.50.93 ou com a Pregoeira à Rua Graça Aranha nº 549, B. Esplanada - Governador Valadares – MG.

ESCLARECIMENTOS: e-mail: licitacao@ipremgv.mg.gov.br

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 – DO OBJETO..... | 04 |
| 2 – DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA..... | 04 |
| 3 – DO CREDENCIAMENTO..... | 04 |
| 4 - DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES..... | 04 |
| 5 - DAS PROPOSTAS DE PREÇO..... | 05 |
| 6 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO..... | 05 |
| 7 - DO CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, CONST. FEDERAL DE 1988..... | 06 |
| 8 - DA SESSÃO DO PREGÃO..... | 06 |
| 9 – DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES..... | 08 |
| 10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO..... | 09 |
| 11 - DA CONTRATAÇÃO..... | 09 |
| 12 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO..... | 09 |
| 13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA..... | 09 |
| 14 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE..... | 09 |
| 15 – DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO..... | 09 |
| 16 - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO..... | 09 |
| 17 – DOS PRAZOS..... | 09 |
| 18 - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL..... | 10 |
| 19 – DAS SANÇÕES..... | 10 |
| 20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 10 |
| 21 – DO CADERNO DE LICITAÇÃO (ANEXOS)..... | 10 |

1. DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para prestação de serviços de disponibilização virtual de informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto na análise e acompanhamento dos investimentos de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade dos mesmos.

2. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

2.1 - As despesas decorrentes desta aquisição correrão à conta da dotação orçamentária nº 04.01.09.122.0401.2.220.3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PREV) e 04.02.04.302.0401.2.228.3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PAM).

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira, devidamente munido de documento que o habilite a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

3.2 - O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante. O credenciamento do sócio administrador será realizado mediante a apresentação do ato constitutivo da sociedade empresarial, no qual conste sua qualificação, juntamente com um documento de identidade.

3.3 - No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, comprovando a outorga de poderes necessários para exercer direitos, assumir obrigações e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão, em decorrência de tal investidura, deverá ser apresentada cópia autenticada ou cópia simples e original, para autenticação da Pregoeira e/ou equipe de apoio, dos seguintes documentos:

3.3.1 - do contrato consolidado;

3.3.2 - ou do estatuto e a última alteração estatutária;

3.3.3 - ou do contrato social e a última alteração contratual;

3.3.4 - Identidade do licitante outorgante.

3.4 - O instrumento particular de procuração para o credenciamento deverá obedecer ao modelo do **ANEXO III**, caso a licitante seja representada por procurador;

3.5 - Será admitido apenas um credenciado por licitante.

4. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1 - Encerrada a etapa de credenciamento, proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

ENVELOPE 1

EDITAL DE PREGÃO N.º 01/2021

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ

ENVELOPE 2

EDITAL DE PREGÃO N.º 01/2021

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ

4.2 - Os envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO poderão ser entregues diretamente pela proponente, enviada pelo correio ou outros serviços de entrega. Entretanto, a Pregoeira e a equipe de apoio não serão responsáveis por qualquer perda dos envelopes enviados pelo correio ou outros serviços de entrega e por atraso na entrega.

5. DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 - As propostas de preço deverão ser impressas, de acordo com cada item discriminado, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras,

ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo ao IPREM/GV ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do **ANEXO II** deste Edital e devendo constar:

5.1.1 - Razão Social, número do CNPJ, endereço, telefone da empresa proponente;

5.1.2 - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

5.1.3 - Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação;

5.1.4 - Os preços deverão ser cotados com duas casas decimais. Ex.: R\$0,01;

5.1.5 - O valor total da proposta deverá estar expresso em numeral e por extenso;

5.1.6 - Preço unitário e total do item, objeto da licitação, conforme modelo de proposta, **ANEXO II**;

5.2 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta de preço;

5.3 - A apresentação pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital, por parte do proponente;

5.4 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances;

6. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

6.1 - Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser originais ou fotocópias autenticadas por Tabelião de Notas ou fotocópias sem autenticação cartorial, desde que, nesta última hipótese, os respectivos documentos sejam autenticados pela Pregoeira ou equipe de apoio e/ou servidor da Gerência de Patrimônio Suprimentos e Contratos - GPSC, apresentando os seus originais, estando estes com o prazo de validade em vigor, na data desta licitação. Nos casos em que forem apresentadas certidões emitidas pela internet, a Pregoeira efetuará consulta nos sites oficiais.

6.1.1 - O licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, nos termos do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006;

6.1.2 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Micro Empresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do IPREM/GV, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

6.1.3 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos;

6.1.4 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira;

6.1.5 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Pregoeira convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou submeter o processo à autoridade competente para revogação;

6.1.6 - Não serão aceitos pela Pregoeira protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

6.1.7 - Os documentos apresentados com a validade expirada ou em desacordo com o previsto neste título ou sua ausência acarretarão a inabilitação do proponente;

6.1.8 - Os documentos que não possuírem prazo de validade estabelecida pelo órgão expedidor, somente serão aceitos com data de emissão não superior a **60 (sessenta) dias** consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, exceto comprovante de inscrição no CNPJ, atestados e contratos exigidos;

6.1.9 - O licitante será responsável pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento licitatório e da consequente contratação, sob pena da lei.

6.2 - REGULARIDADE JURÍDICA

6.2.1 - Certificado de Microempreendedor Individual - MEI, estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial;

6.2.2 - Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações;

6.2.3 - Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.3.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

6.3.2 - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo a domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.3 - Prova de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

6.3.4 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

a) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.3.5 - Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

6.3.6 - Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal mediante Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente emitida pela Secretaria competente do Município;

6.3.7 - Prova de Regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943.

6.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.4.1 - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da Pessoa Jurídica ou de execução de Pessoa Física, no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II, do artigo 31, da Lei nº 8.666/1993;

6.4.2 - Juntamente com os documentos referidos no subitem anterior, serão apresentadas para fins de habilitação, Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo no **ANEXO IV**.

6.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.5.1 – Apresentação de no mínimo 1(um) atestado ou certidão comprovando o desempenho do sistema e serviços solicitados no Edital, atestando a capacitação técnica. Nos atestados deverão estar discriminados no mínimo as áreas de análise e acompanhamento dos investimentos de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade. Os atestados deverão ser impressos em folha timbrada da pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo a data em que foi firmado o contrato e o objeto.

6.5.2 – Comprovante de que a empresa tem um profissional de nível superior na área de tecnologia da informação no quadro de funcionários.

7. DO CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

7.1 - Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos de idade realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, segundo determina o inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/1993, salvo na condição de menor aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade, na forma da Lei, conforme modelo no **ANEXO VI**.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, a Pregoeira declarará aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação.

8.1.1 - Em seguida, os interessados e seus representantes deverão apresentar a declaração de que atendem plenamente os requisitos de habilitação exigidos para o certame, conforme **ANEXO V**.

8.1.2 - Os licitantes que enviarem os envelopes de Proposta de Preço e Documentos de Habilitação, sem representante credenciado, deverão encaminhar, em envelope separado, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a Declaração de Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e equiparada nos termos da Lei

Complementar nº 123/2006 ou a Certidão expedida pela Junta Comercial;

8.1.3 - A não entrega da Declaração de que cumprem os requisitos de Habilitação exigida, implicará em devolução por parte da Pregoeira, dos envelopes contendo a Proposta de Preço e Documentos de Habilitação e, portanto, a não aceitação do licitante no certame licitatório, podendo ser oportunizado o preenchimento da declaração, **ANEXO V**, no ato da sessão pública, caso o representante presente tenha poderes para tal.

8.1.4 - Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

8.1.4.1 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME ou EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;

8.1.4.2 - A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar novo lance no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

8.1.4.3 - O novo lance que porventura for manifestado respeitando o item anterior deverá ser inferior àquele considerado vencedor do certame, situação em que o objeto será adjudicado em favor da detentora deste novo lance, ou seja, a ME ou EPP que tiver exercido seu direito nos termos do inciso I do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06;

8.1.4.4 - Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.1.4.5 - No caso de equivalência de valores apresentados pelas ME ou EPP, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 8.1.4.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

8.1.4.6 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 8.1.4.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

8.1.4.7 - O procedimento previsto no subitem 8.1.4.1 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP. Nesse caso, havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

8.2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.2.1 - Abertos os envelopes de Propostas de Preço, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

8.2.2 - A Pregoeira classificará o autor da proposta de menor preço global e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.3. DOS LANCES VERBAIS

8.3.1 - Aos licitantes classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

8.3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

8.3.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.3.4 - A Pregoeira poderá no início da sessão:

8.3.4.1 - Definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;

8.3.4.2 - Estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;

8.3.4.3 - Permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão, através de aparelhos de telefone celular e outros;

8.3.4.4 - Suspender a etapa de lances.

8.4. DO JULGAMENTO

8.4.1 - O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8.4.2 - Será desclassificada a Proposta de Preço que:

- a) não atenda as exigências estabelecidas neste Edital ou em diligência;
- b) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no artigo 44, § 3º, e artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;
- 8.4.3 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- 8.4.3.1 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação;
- 8.4.3.2 - Havendo apenas uma oferta, desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita;
- 8.4.4 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 8.4.5 - Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto, para o qual apresentou proposta.
- 8.4.6 - Apurada a melhor proposta, a Pregoeira deverá negociar para que seja obtido um melhor preço;
- 8.4.7 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, a Pregoeira devolverá aos licitantes julgados desclassificados envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolados.
- 8.4.8 - Erros de soma e/ou multiplicação ou falhas formais apuradas na Proposta de Preço poderão ser corrigidos:
- a) serão corrigidos erros formais ou os valores conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com a Pregoeira, após diligência e anuência do licitante;
- b) a correção será consignada em ata de julgamento;
- c) serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.
- 8.4.9 - A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas e da documentação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

9. DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

- 9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer contra as decisões da Pregoeira, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias conforme inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002, para apresentação das razões de recursos, contados a partir do dia seguinte a manifestação, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo assegurado a ambos vista dos autos no Anexo do Instituto, situado na rua Graça Aranha nº 549, Bairro Esplanada, Governador Valadares - MG.
- 9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso.
- 9.3 - As razões e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidas:
- 9.3.1 - Serem dirigidas à Diretora Geral do IPREM/GV, aos cuidados da Pregoeira, no prazo de 3 (três) dias, por petição emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ ou CPF e endereço do licitante, rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal;
- 9.3.2 - Serem encaminhadas para o endereço eletrônico licitacao@ipremgv.mg.gov.br, mediante encaminhamento da petição e demais documentos digitalizados ou ser protocolizados, em via original no Anexo do Instituto.
- 9.4 - A Pregoeira não se responsabilizará por razões e contrarrazões endereçadas por outras formas de envio ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.
- 9.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6 - O recurso será apreciado pela Pregoeira, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à Diretora Geral do IPREM/GV, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento.
- 9.7 - O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, no sítio do IPREM/GV e comunicado a todos os licitantes por e-mail.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Diretora Geral do IPREM/GV.

10.2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretora Geral do IPREM/GV adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

10.3 - Homologada a licitação, a adjudicatária será convocada a firmar o contrato, o que deverá fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

10.4 - O não atendimento a convocação de que trata o item acima ou a recusa em assinar o contrato sujeitará a adjudicatária às sanções previstas neste Edital.

10.5 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra por motivo justificado e aceito pelo IPREM/GV.

10.6 - Como condição para assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá manter as mesmas condições habilitatórias exigidas no Edital.

10.7 - Quando a adjudicatária recusar-se a assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra o **Anexo VII** deste Edital.

11.2 - A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, comparecer junto ao IPREM/GV para assinar o termo de contrato.

11.3 - O contrato será celebrado com duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

11.4 - O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o período máximo de 48 (quarenta e oito) meses, a critério da Administração.

11.5 - As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 8.666/1993.

11.6 - A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

12. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 - As condições de execução do objeto deverão obedecer ao disposto no item 7 do Termo de Referência, Anexo I.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 – As obrigações da contratada deverão obedecer ao disposto no item 9 do Termo de Referência, Anexo I.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1 – As obrigações do contratante deverão obedecer ao disposto no item 10 do Termo de Referência, Anexo I.

15. DA GESTÃO /FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - Observado o disposto no Artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, a fiscalização e gestão do contrato será realizada pela Gerência de Investimentos do CONTRATANTE.

16. DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

16.1 - As condições do pagamento deverão obedecer ao disposto no item 13 do Termo de Referência, Anexo I.

17. DOS PRAZOS

17.1 – Os prazos deverão obedecer ao disposto no item 8 do Termo de Referência, Anexo I.

18. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

18.1 – A vigência contratual deverá obedecer ao disposto no item 15 do Termo de Referência, Anexo I e item 11, subitens 11.3 e 11.4 do presente Edital.

19. DAS SANÇÕES

19.1 - O cumprimento das sanções deverá obedecer ao disposto no item 14 do Termo de Referência, Anexo I.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

20.2 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das propostas de preço como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

20.3 - É facultada a Pregoeira ou à Diretora Geral do IPREM/GV, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do objeto ofertado, bem como solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

20.4 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

20.5 - A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.6 - Informações complementares que visam obter outros esclarecimentos sobre a presente licitação SOMENTE serão aceitas no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da reunião de abertura do processo licitatório, dirigidas à Pregoeira, no horário de 12 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, através do e-mail licitação@ipremgv.mg.gov.br.

20.7 - As impugnações serão enviadas por escrito e aceitas no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da reunião de abertura do processo licitatório, dirigidas à Pregoeira (Identificação do Nome e do Processo), na Rua Graça Aranha, 549, Esplanada, Governador Valadares/MG.

20.8 - A Administração deverá responder a impugnação até o dia anterior ao designado para protocolização das propostas, cabendo ao interessado retirar cópia da resposta, mediante recibo, dentro do prazo acima fixado, na sede do IPREM/GV. A Administração remeterá ainda ao impugnante, via e-mail, cópia do julgamento da impugnação, não aceitando reclamações quanto ao não recebimento, já que prevalecerá sempre a obrigação do interessado em retirar cópia da decisão pronunciada.

20.9 - Se procedente a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

20.10 - Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização da licitação, incorrerá nas penas do artigo 93 da Lei nº 8.666/1993, assegurado o Contraditório e Ampla Defesa.

21. DO CADERNO DE LICITAÇÃO

21.1. Fazem parte integrante do presente Edital:

| | | |
|---------|-----------|---|
| 21.1.1 | Anexo I | Termo de Referência |
| 21.1.2. | Anexo II | Modelo de Proposta de Preço |
| 21.1.3. | Anexo III | Modelo de Procuração para Credenciamento |
| 21.1.4 | Anexo IV | Modelo de Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo |
| 21.1.5 | Anexo V | Modelo de Declaração Habilitatória |
| 21.1.6 | Anexo VI | Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica |
| 21.1.7 | Anexo VII | Minuta Contratual |

Governador Valadares, 22 de outubro de 2021.

JANE MOUFARREG DINIZ
Diretora Geral – IPREM/GV

ROSILENE ROSÁRIO MARIANO
Pregoeira – IPREM/GV

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - Art. 7º, § 9º, Lei n. 8.666/93.

SOLICITANTE: Departamento Administrativo e Financeiro.

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de disponibilização virtual de informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto na análise e acompanhamento dos investimentos de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade dos mesmos.

2 JUSTIFICATIVA

2.1 As aplicações financeiras do IPREM são efetuadas pela Gerencia de Investimentos, sob coordenação do Departamento Administrativo e Financeiro, com o acompanhamento do Comitê de Investimentos seguindo as premissas da Política de Investimentos que é anualmente aprovada pelo Conselho Deliberativo. Toda e qualquer aplicação financeira possui um grau de risco e apesar de toda a estrutura existente em nosso Sistema Financeiro Nacional ainda assim é necessário adotar medidas que objetivem minimizar os riscos existentes no processo de investimento.

Para gerir tais recursos com o menor risco possível se faz necessário um conhecimento prévio e específico sobre o mercado financeiro e de capitais, segurança nas informações financeiras utilizadas além do salutar cumprimento da legislação vigente. Sendo assim, o Comitê de Investimentos do Instituto atualmente possui todos os seus membros certificados pela ANBIMA, com o CPA-10 ou o CPA-20, além de um Gestor de Investimentos com certificados da ANBIMA, Agente Autônomo de Investimentos pela ANCORD e Gestor de Risco com o PQO da BM&FBovespa.

No que tange o cumprimento da legislação, vale salientar que constantemente são enviadas ao Ministério da Previdência relatórios que explicitam o posicionamento bem como as alocações da carteira de investimentos do Instituto.

Por fim, em relação às informações financeiras, o uso de um software com acompanhamento em tempo real e de extrema confiabilidade em seus dados é altamente recomendável, visando cumprir a meta atuarial, mesmo nos momentos de instabilidade de nossa economia, algo recorrente nos últimos anos.

Por conseguinte, visando gerenciar a carteira da melhor forma possível, obtendo o maior número possível de dados e referências do mercado financeiro, e pelo fato de que já há alguns anos o Instituto opta por uma gestão própria e não por meio de consultoria externa, a contratação de um software que forneça as informações necessárias para a melhor utilização possível do potencial de investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares se torna primordial.

3 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 Acompanhamento dos fundos de investimentos investidos pelo Instituto, com indicadores qualitativos e quantitativos sobre cada uma de suas aplicações;

3.2 Acompanhamento de toda a indústria de fundo de investimentos, uma vez que oportunidades surgem a todo o momento e fundos que compram cotas de outros fundos são criados a todo o momento (FICs);

3.3 Acompanhamento da carteira do instituto, a cada novo aporte ou retirada monetária, tanto a nível absoluto, quanto a nível relativo, com o acompanhamento da meta atuarial em comparação com os investimentos;

3.4 Fechamento mensal da carteira, com indicadores qualitativos e quantitativos para a apresentação mensal em comitê para os demais membros;

3.5 Informações sobre o mercado, visando ter um acompanhamento atualizado sobre o que acontece no Brasil e no mundo.

3.6 O sistema de acesso à base de dados deverá ser instalado ou disponibilizado, no mínimo em uma estação de trabalho – mínimo 01 (uma) licença de utilização;

3.7 Sistema acessível através da internet (web-based) e em ambiente seguro com informações criptografadas;

3.8 Possibilidade de exportação dos relatórios para formatos compatíveis com Adobe PDF e Microsoft Excel;

3.9 Possibilitar serviço de suporte técnico por telefone ou através de conversação instantânea pela Internet (chat) em horário comercial;

3.10 Possuir na sua base de dados informações originadas da CVM e ANBIMA sobre no mínimo 9.500 (nove mil e quinhentos) fundos de investimento entre eles Fundos de Investimento em Participações (FIP), Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos Imobiliários (FII).

- 3.11 Possibilitar a seleção de fundos de investimento por Nome do fundo, CNPJ e Gestão com a opção de salvamento dos fundos de investimento selecionados.
- 3.12 Fornecer as informações principais do fundo de investimento como Administrador, Aplicação Mínima, Auditoria, Benchmark, Carência do Fundo, Classificação ANBIMA, Classificação CVM, CNPJ do Fundo, Custodiante, Gestor, Gestão, Índice de Performance, Início do Fundo, Público Alvo, Taxa de Administração e Taxa de Resgate, com possibilidade de filtrar as informações.
- 3.13 Possibilidade de comparação entre os fundos selecionados e índices de mercado como CDI, DÓLAR, EURO, IBOVESPA, IBX, IBX-50, IGP-M, IGP-DI, IMA-B, IMA-C, IMA-S, IRF-M, IMA Geral, INPC, SELIC, TJLP.
- 3.14 Possibilidade de emissão de relatórios com os fundos selecionados com medidas quantitativas e qualitativas.
- 3.15 Emissão de relatórios com as medidas quantitativas com data inicial e final, no ano, acumulado em 12 (doze) meses, acumulado nos 24 (vinte e quatro) meses, no bimestre, trimestre, semestre.
- 3.16 Criação de gráficos com o fundo ou fundos selecionados com as seguintes variáveis:
- 3.16.1 Evolução do Ativo;
- 3.16.2 Retorno Mensal;
- 3.16.3 Retorno Anual;
- 3.16.4 Fluxo Mensal;
- 3.16.5 Evolução Patrimonial;
- 3.16.6 Risco x Retorno;
- 3.16.7 Volatilidade Mensal;
- 3.16.8 Matriz de Correlação.
- 3.17 Possibilidade de buscar na indústria de fundos um determinado ativo como Debêntures, Títulos Públicos, Operações Compromissadas ou Certificados de Depósito Bancário (CDB), que fazem parte de uma ou mais carteiras de fundos de investimentos, retornando o gestor, o nome do fundo que possui o ativo e o valor na sua carteira. Nesta opção o usuário poderá buscar no mínimo por data específica ou no mês.
- 3.18 Possibilidade de consultar nos fundos selecionados as alterações como Administrador, Aplicação Mínima, Auditoria, Benchmark, Carência do Fundo, Classificação ANBIMA, Classificação CVM, CNPJ do Fundo, Custodiante, Gestor, Gestão, Índice de Performance, Início do Fundo, Público Alvo, Taxa de Administração e Taxa de Resgate.
- 3.19 Possibilidade de criação de Benchmark personalizados como 102% do CDI.

4 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 4.1 A CONTRATANTE não aceitará ou receberá qualquer produto em desacordo com as especificações e condições constantes deste Projeto Básico ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à CONTRATADA efetuar as substituições necessárias em prazo a ser determinado, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.
- 4.2 A empresa vencedora deverá apresentar o menor preço global do objeto.
- 4.3 A empresa declarada vencedora, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para disponibilizar ao Departamento Administrativo Financeiro – Investimento, acesso ao sistema ofertado em 01 (uma) estação de trabalho, durante o período mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, para que possam ser realizados os testes necessários à comprovação das funcionalidades e requisitos e mínimos exigíveis pelo instrumento convocatório.
- 4.4 A disponibilização do sistema para fins de teste deverá ocorrer sem ônus para o IPREM/GV e não acarretará nenhum vínculo contratual com a empresa declarada vencedora.
- 4.5 A empresa declarada vencedora poderá enviar consultor ou representante para acompanhamento do teste, sendo que as despesas de mão-de-obra, deslocamento, hospedagem e alimentação correrão por conta dela.
- 4.6 A adjudicação do objeto ficará condicionada a aprovação do serviço no teste realizado pelo Departamento Financeiro. Caso o serviço seja considerado insatisfatório ou não atenda aos requisitos mínimos exigíveis, a proposta da empresa declarada vencedora será desclassificada.
- 4.7. No caso de desclassificação de proposta em função de reprovação no teste realizado pelo Departamento Financeiro, será chamado a próxima empresa classificada, e assim sucessivamente, até a escolha do proponente que atenda as exigências na aquisição de equipamentos e suprimentos e suprimentos de informática para uso do Instituto, conforme quantidades e especificações constantes deste Projeto Básico, com critério de julgamento de menor preço global.

5 ESTIMATIVA DE PREÇO

5.1 Conforme exigência legal, a Gerência de Patrimônio, Suprimentos e Contratos realizará pesquisa de mercado junto às empresas do ramo do objeto para apuração do preço estimado para a despesa, sendo apurado a média estimada global, será informado no mapa comparativo de preço.

6 DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

6.1 As despesas decorrentes desta aquisição correrão à conta da dotação orçamentária nº 04.01.09.122.0401.2.220.3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PREV) e 04.02.04.302.0401.2.228.3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PAM).

7 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A empresa contratada deverá disponibilizar treinamento a ser realizado nas dependências do IPREM, com carga horária mínima de 10 (dez) horas-aula.

7.2 A CONTRATANTE poderá alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7.3 O Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros.

7.4A CONTRATADA, em caso de indisponibilidade do produto, deverá comunicar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, antecipadamente a CONTRATANTE e a sua substituição/reposição ficará condicionada à prévia aprovação da CONTRATANTE, sob pena de recair no descumprimento contratual.

7.5 A disponibilização do sistema objeto deste contrato, sob a forma de licença de uso para utilização, confere a CONTRATANTE o direito de uso não-exclusivo pelo prazo de vigência contratual.

7.6 Havendo interesse da CONTRATANTE em disponibilizar a seus clientes os resultados das Análises produzidas a partir das informações contidas no software, os resultados deverão conter avisos indicando a fonte da informação nos seguintes moldes: "Fonte: XXX".

7.7A CONTRATADA deverá disponibilizar o serviço 24(vinte e quatro) horas por dia, 7(sete) dias por semana, podendo haver interrupções ou suspensões de natureza técnica ou operacional, hipóteses em que haverá, sempre que possível comunicação prévia a CONTRATANTE.

7.8 A CONTRATANTE receberá conta(s) e senha(s) privativa(s) associada(s) a esta(s) contas(s), que constituem sua identificação para uso do software. A(s) senha(s) recebida(s) é(são) privativa(s) e sigilosa(s) e não pode(m) ser informada(s) a terceiros, senão mediante autorização por escrito da CONTRATADA.

7.9 É responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE manter sigilo de sua(s) senha(s). Para tanto, a CONTRATADA implementará mecanismos que permitem à CONTRATANTE receber, alterar e manter sua senha, sem quebra do sigilo. A CONTRATADA não será responsabilizada pelos casos em que houver descuido ou negligência por parte da CONTRATANTE na manutenção do sigilo da(s) senha(s) de acesso.

7.10 A(s) conta(s) da CONTRATANTE e a(s) senha(s) privativa(s) são pessoais e intransferíveis, não podendo ser objeto de qualquer tipo de comercialização. A CONTRATANTE assume integralmente a responsabilidade pela utilização de sua(s) conta(s) e senha(s) privativa(s), por si e por terceiros, responsabilizando-se, inclusive, pelos encargos econômicos e financeiros daí resultantes.

7.11 O funcionamento imperfeito do equipamento ou máquinas da CONTRATANTE em razão de falha no acesso à internet, problemas relacionados a protocolos de comunicação ou ao ambiente operacional da CONTRATANTE ou a quaisquer outros produtos ou softwares não fornecidos pela CONTRATADA, não poderá ser imputado à CONTRATADA, que não se responsabilizará por tais ocorrências. A CONTRATADA também não se responsabilizará por falhas decorrentes do mau uso do equipamento por parte da CONTRATANTE ou mesmo da linha de transmissão.

7.12 Os websites de terceiros ou links eventualmente mencionados ou disponibilizados não estão sob o controle da CONTRATADA e não constituem ou implicam garantia de qualquer natureza, em especial, de veracidade de materiais e informações nele contidos.

8 DOS PRAZOS

8.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar o sistema e consequentemente seus serviços, em condição total de uso, em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato.

8.2 A CONTRATANTE disponibilizará banco de dados que sejam necessários à disponibilização do sistema e sua operação dentro de 10 (dez) dias após assinatura do contrato.

8.3 O treinamento será realizado conforme estipulado no item 7.1 dentro do prazo no item 8.1.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Analisar a adequação e suficiência dos dados fornecidos para realização dos serviços previstos, elaborando diagnóstico acerca dos elementos fornecidos e das necessidades havidas como compatíveis para a prestação dos serviços.

9.2 Executar as disposições contratuais, de acordo com a melhor técnica aplicável, observando as disposições legais e doutrinárias sobre os estudos e trabalhos a desenvolver, descritos neste Projeto Básico.

9.3 A CONTRATADA obriga-se a manter todas as condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, durante toda a duração do contrato.

9.4 A CONTRATADA deverá prestar suporte e apoio técnico firmando todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto contratado.

9.5 Providenciar, de imediato, a correção das deficiências apontadas pelo responsável pelo contrato no IPREM/GV com respeito à execução do objeto.

9.6 Entregar os serviços objeto do contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

9.7 Executar o objeto responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços prestados e do produto entregue.

9.8 Encaminhar ao CONTRATANTE, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal do CONTRATO.

9.9 Assegurar equipe de profissionais tecnicamente capacitados e legalmente habilitados no planejamento e consecução do objeto deste Projeto Básico, quando solicitada, efetuar as substituições de profissionais considerados inadequados (conduta ou serviços) pelo CONTRATANTE.

9.10 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.

9.11 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da consumação do objeto deste Projeto Básico, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações e outras despesas oriundas desta prestação de serviços.

9.12 Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes de trabalho.

9.13 Em caso de acidentes, adotar todas as providências necessárias ao socorro das vítimas e demais providências cabíveis.

9.14 Responder por danos e desaparecimento de bens materiais, que porventura venha sofrer o CONTRATANTE ou terceiros, causados por seus funcionários e prepostos, desde que comprovada sua responsabilidade, nos termos da Lei.

9.15 Manter a mais absoluta confidencialidade dos serviços e informações que vier a ter conhecimento, no desempenho das atividades deste Projeto Básico.

9.16 Na hipótese de ocorrer alguma omissão, incorreção ou impontualidade cujo resultado independa das informações recebidas de terceiros, a CONTRATADA compromete-se a indenizar a CONTRATANTE com base na restituição imediata do montante equivalente a Taxa de Licença devida nos últimos 12 (doze) meses de vigência do contrato.

9.17 A CONTRATADA garante o funcionamento do software, desde que de acordo com suas especificações pelo período de vigência do contrato, declarando-se a CONTRATANTE ciente de que a ocorrência de bugs no software objeto do presente contrato e que sejam ainda desconhecidos por parte da CONTRATANTE é considerada normal e previsível em razão da própria natureza e funcionamento de qualquer programa de computador.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Fornecer, conforme modelos disponibilizados pela CONTRATADA, todas as informações necessárias à consecução dos serviços previstos neste Projeto Básico.

10.2 Exercer fiscalização e acompanhamento da entrega e execução do objeto deste Projeto Básico, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

10.3 Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto deste Projeto Básico em desacordo com o mesmo.

10.4 Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto deste Projeto Básico.

10.5 Aplicar as sanções previstas nesse Projeto Básico ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato.

10.6 A CONTRATANTE não poderá invocar qualquer direito de retenção, retransmissão ou alteração sobre a forma ou conteúdo sobre banco de dados, rotinas, códigos de programas de computador, algoritmos, protocolos, apresentações e manuais, salvo se houver autorização da CONTRATADA para tanto.

10.7 A CONTRATANTE declara e reconhece que a consulta feita única e exclusivamente às informações contidas ou disponibilizadas através de tal *software* não oferece qualquer garantia de manutenção ou rentabilidade futura do capital investido, nem a satisfação de quaisquer expectativas da CONTRATANTE quanto ao retorno esperado de seus investimentos, que serão sempre realizados por sua própria conta e risco.

10.8 A CONTRATANTE declara e reconhece que as informações disponibilizadas têm como objetivo único funcionar como um subsídio para que possa orientar e avaliar os seus investimentos, observadas as restrições inerentes a um *software* desta natureza.

10.9 A CONTRATANTE declara e reconhece que não é a CONTRATADA que produz as informações disponibilizadas, de modo que a CONTRATADA somente poderá ser responsabilizada pelas omissões, incorreções ou impontualidades cujo resultado independa das informações recebidas destes terceiros.

10.10 A CONTRATANTE entende que fundos de investimento não contam com a garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento.

11 DAS LIMITAÇÕES AO DIREITO DE USO

11.1 À CONTRATANTE será vedado:

11.1.1 Ceder, sublicenciar, vender, dar em locação ou em garantia, doar, alienar sob qualquer forma ou transferir, total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosamente, provisória ou permanentemente o programa de computador objeto deste Projeto Básico, bem como seus manuais ou outras informações contidas no mesmo;

11.1.2 Modificar as características do programa de computador licenciado, ampliá-lo ou alterá-lo de qualquer forma sem expressa anuência da CONTRATANTE, ficando desde já estabelecido que qualquer modificação somente poderá ser executada por pessoa apontada pela CONTRATADA para tanto;

11.1.3 Usar o *software* ou o programa de computador nele contido para fins diferentes daqueles para os quais foi licenciado, especialmente para a prestação de serviços a terceiros.

11.2 A cópia do programa não autorizada constitui crime, nos termos das Leis nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998 e nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

11.3 A CONTRATADA obriga-se a nunca revelar a terceiros quaisquer informações acerca dos padrões de utilização do *software*, incluindo aí sua senha de acesso.

11.4 Caso a CONTRATANTE utilize o *software* em quantidade de máquinas superior à ajustada estará caracterizado o descumprimento de obrigação contratual, ensejando a rescisão deste, além de cobrança da multa no valor de 12 (doze) vezes o valor da Taxa de Licença Mensal estabelecida.

12 FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

12.1 Observado o disposto no Artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, a fiscalização e gestão do contrato será realizada pela Gerência de Investimentos do CONTRATANTE.

13 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e estabelecida neste Projeto Básico, bem como, constando como referência o mês/período da efetiva entrega do objeto contratado.

13.2 O pagamento será efetuado pela Gerência Contábil na 2ª (segunda) quarta-feira após a apresentação da Nota Fiscal.

13.3 O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA, preferencialmente do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

13.4 O CONTRATANTE identificando quaisquer divergências na Nota Fiscal devolverá à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

13.5 Uma vez paga a importância discriminada na Nota Fiscal, a CONTRATADA dará ao CONTRATANTE plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

13.6 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência na liquidação de obrigações financeiras decorrentes de penalidades.

13.7 A Taxa de Licença será reajustada a cada período de 12 (doze) meses, tomando-se por base a variação do IPCA, divulgado pelo IBGE para o período.

13.8 Não havendo a divulgação do índice previsto no item 12.7 acima, ou sendo este extinto, o reajuste se dará com base em outro índice que venha a ser estipulado pelas partes, de comum acordo.

14 DAS SANÇÕES

14.1 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

14.1.1 Advertência, por escrito, sempre que verificadas irregularidades, para as quais a contratada tenha concorrido, tal como o atraso imotivado do adimplemento da obrigação.

14.1.2 Ficam estabelecidas os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando ao descumprimento contratual:

14.1.2.1 Multa de 5% (cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;

14.1.2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

14.1.2.3 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o CONTRATANTE, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada;

14.1.2.4 Multa de 10% sobre o valor do contrato em caso de recusa na assinatura do contrato.

14.1.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IPREM/GV por prazo de até dois anos.

14.1.4 Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da imposição da sanção, nos casos de falta grave.

14.2 A aplicação de uma penalidade não importa na exclusão de outra pelo mesmo fato.

14.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência na liquidação de obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14.4 As penalidades previstas não serão aplicadas no caso de falta de providência por parte do CONTRATANTE na observância de suas obrigações, que diretamente influam no cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, ou ainda, no caso de força maior devidamente comprovado.

14.5 Na aplicação dessas sanções administrativas serão observados a ampla defesa e o contraditório, sendo admitidos os recursos e os prazos previstos em lei.

15 VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado em conformidade com os artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

Governador Valadares, 04 de março de 2021.

Leonice Marques de Oliveira Antunes
Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS N.º 08/2021
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2021

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de disponibilização virtual de informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto na análise e acompanhamento dos investimentos de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade dos mesmos.

| PROPOSTA DE PREÇO | |
|---|--|
| Razão Social | |
| CNPJ | |
| Endereço | |
| Telefone/e-mail | |
| Nome do Signatário(para assinatura do Contrato) | |
| Estado Civil e Identidade do Signatário | |
| Nacionalidade e CPF do Signatário | |
| Endereço do Signatário | |

| Especificação | Valor mensal | Valor Global |
|---|---------------------|---------------------|
| Serviços constantes no Termo de Referência | | |
| | | |
| TOTAL | | |
| Declaramos que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estamos de acordo com todas as normas da solicitação de proposta e seus anexos. | | |
| TOTAL GERAL: R\$ _____ (Por extenso) | | |
| Prazo de Validade da Proposta: 60(sessenta) dias | | |
| Local e data: _____, _____ de _____ de 2021 | | |
| _____ Assinatura do Responsável | | |

OBS: A PROPOSTA DEVERÁ SER EMITIDA NO PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA.

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS N.º 08/2021
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2021

Por este instrumento particular de Procuração, a (Empresa), com sede na (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ sob nº. e Inscrição Estadual sob nº., representada neste ato por seu(s) qualificação(ões) da(s) outorgante(s)..... Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº. e CPF nº., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº. e CPF nº., a quem confere(imos) amplos poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases deste PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE 1) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 2) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo(a) PREGOEIRA, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia

Local e data

assinatura

OBS.: DEVERÁ SER EMITIDA NO PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS N.º 08/2021
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2021

A empresa _____ (razão social), estabelecida na _____ (endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ, sob o nº _____, neste ato representado(s) pelo (a) Sr. (a) _____ (nome e identificação do representante legal), carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, declara, sob as penalidades cabíveis, a **inexistência de fatos que venham declarar inidônea pela Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e de contratar com o IPREM/GV.**

Local, _____ de _____ de 2021.

Assinatura identificável do representante da empresa

(nome do representante)

Carimbo de CNPJ

OBS.: DEVERÁ SER EMITIDA NO PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO HABILITATÓRIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS N.º 08/2021
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2021

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA, **sob as penas da lei**, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/02.

xxxxxxxxx, de de 2021.

Assinatura identificável
(nome do representante da empresa)

OBS.: DEVERÁ SER EMITIDA NO PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS N.º 08/2021
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2021

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____ inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, **sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

☐ Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Governador Valadares, ____ de ____ de 2021.

Assinatura identificável
(nome do representante da empresa)

OBS.: DEVERÁ SER EMITIDA NO PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO VII

MINUTA CONTRATUAL

PACS N.º 08/2021 e PREGÃO N.º 01/2021

CONTRATO N.º: ____/2021

Contrato para prestação de serviços de disponibilização virtual de informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto na análise e acompanhamento dos investimentos de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade dos mesmos, **que entre si celebram o Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares – IPREM/GV e**
_____.

DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

Pelo presente instrumento, de um lado o Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares – IPREMGV, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado CONTRATANTE, com sede na Rua Eduardo Carlos Pereira, nº 205, Bairro Esplanada, inscrito no CNPJ sob o nº 86.813.953/0001-94, neste ato representado pela sua Diretora Geral Sra. JANE MOUFARREG DINIZ, CPF Nº 308.508.606-44 e do outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, doravante denominada CONTRATADA com sede na rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ n.º _____, neste ato representada por seu representante legal _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, celebram entre si o presente Contrato, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em decorrência do Processo Licitatório - PACS nº 08/2021, na modalidade PREGÃO, Nº 01/2021, com fincas no Parecer Jurídico nº ____/2021 de ____ de ____ de 2021 da Assessoria Jurídica deste Instituto, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de disponibilização virtual de informações econômico-financeiras com o intuito de auxiliar o Instituto na análise e acompanhamento dos investimentos de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade dos mesmos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – A CONTRATADA deverá obedecer as condições estabelecidas nos Itens 7 e 8 do Termo de Referência, Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 - O valor global da prestação de serviços, ora contratada é de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxx).

3.2 - No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

3.3 – O valor global será dividido em 12 parcelas de R\$xxxxx (xxxxxxx), pagas mensalmente, conforme item 4.3 deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento fica condicionado ao recebimento definitivo que deverá ser atestado pelo Departamento Administrativo e Financeiro.

4.2 - A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do IPREM/GV em inteira conformidade com as exigências legais e estabelecidas no Edital, bem como, constando como referência o mês/período da efetiva prestação dos serviços objeto do contrato.

4.3 - O pagamento será efetuado pela Gerência Contábil na 2ª(segunda) quarta-feira após a apresentação da Nota Fiscal, que deverá ser apresentada até o ultimo dia útil do mês da prestação dos serviços.

4.4 - O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pelo licitante vencedor, preferencialmente do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

4.5 - O CONTRATANTE Identificando quaisquer divergências na Nota Fiscal, devolverá à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

4.6 - Uma vez paga a importância discriminada na Nota Fiscal, a CONTRATADA dará ao CONTRATANTE plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

4.7 - Nos termos da Lei Complementar nº 34, de 14 de dezembro de 2001, que institui o Código Tributário do Município de Governador Valadares, o CONTRATANTE está obrigado a reter o ISSQN referente à prestação de serviço no ato do pagamento.

4.8 - Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência na liquidação de obrigações financeiras decorrentes de penalidades ou inadimplência contratual, inclusive no que se refere à apresentação do demonstrativo dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes desta aquisição correrão à conta da dotação orçamentária nº: 04.01.09.122.0401.2.220.3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PREV) e

04.02.04.302.0401.2.228.3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PAM) do orçamento vigente do Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

6.1 - O valor contratado poderá sofrer reajustes, após o prazo de 12 (doze) meses, desde que haja motivação ou justificativa devidamente comprovada e aceitação por parte do CONTRATANTE, o que se dará por Termo Aditivo e segundo a variação do IGPM (FGV).

CLÁUSULA SETIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. DA CONTRATADA

Além daquelas contidas na legislação específica, no instrumento convocatório, cabem à CONTRATADA:

7.1.1 - Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Edital, dentro do prazo estipulado;

7.1.2 - Tomar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos serviços. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas acaso adotadas;

7.1.3 - Se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

7.1.4 - Atender a determinações e exigências formuladas pelo contratante;

7.1.5 - Substituir, por sua conta e responsabilidade, a qualquer época, os serviços, desde que fique comprovada a existência de não conformidade com o exigido no certame, somente possível de aferição com a devida utilização.

7.1.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados;

7.1.7 - Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, devendo obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, no que concerne à contratação de pessoal a ser empregado na execução dos serviços ora contratados;

7.1.8 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 - DO CONTRATANTE:

Além daquelas contidas no instrumento convocatório, cabem ao CONTRATANTE:

7.2.1 - Realizar os pagamentos relativos ao serviço efetivamente prestado, cuja Nota Fiscal, discriminativa seja devidamente atestada por funcionário do setor próprio, conforme alínea a, inciso XIV, do artigo 40, da Lei 8.666/93;

7.2.2 - Realizar a fiscalização do objeto contratado;

7.2.3 - Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa realizar a execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA– DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO

8.1 - Observado o disposto no artigo 67, da Lei nº 8.666/1993, a fiscalização e gestão do contrato será realizada pela Gerência de Investimentos do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso IV, artigo 57 da Lei 8666/1993 e item 11.4 deste edital.

CLÁUSULA DECIMA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1 - A CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

10.1.1 - Advertência, por escrito, sempre que verificadas irregularidades, para as quais a contratada tenha concorrido, tal como o atraso imotivado do adimplemento da obrigação.

10.1.2 - Ficam estabelecidas os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando ao descumprimento contratual:

10.1.2.1 - Multa de 5% (cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;

10.1.2.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

10.1.2.3 - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o CONTRATANTE, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada;

10.1.2.4 - Multa de 10% sobre o valor do contrato em caso de recusa na assinatura do contrato.

10.1.3 - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IPREM/GV por prazo de até dois anos.

10.1.4 - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da imposição da sanção, nos casos de falta grave.

10.2 - A aplicação de uma penalidade não importa na exclusão de outra pelo mesmo fato.

10.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência na liquidação de obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.4 - As penalidades previstas não serão aplicadas no caso de falta de providência por parte do CONTRATANTE na observância de suas obrigações, que diretamente influam no cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, ou ainda, no caso de força maior devidamente comprovado.

10.5 - Na aplicação dessas sanções administrativas serão observados a ampla defesa e o contraditório, sendo admitidos os recursos e os prazos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - A contratação, objeto do Termo de Referência, poderá ser rescindida:

I. Por ato unilateral e escrito do IPREM/GV, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Nº 8.666/93.

11.2 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

11.3 - Ocorrendo a rescisão contratual e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, o IPREM/GV responderá pelos preços constantes da Proposta de Preços devido aos serviços prestados pela CONTRATADA até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 5(cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada à mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O CONTRATANTE não cederá recursos humanos para a realização dos serviços de que trata o presente contrato, o que fica por conta e risco da CONTRATADA.

13.2 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de descontar, automaticamente, das faturas a pagar, o valor das multas resultantes de inadimplemento contratual, em decorrência de execução deste contrato.

13.3 - Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato.

13.4 - Este contrato está vinculado ao Edital de licitação e seus Anexos e à proposta do licitante vencedor, conforme inciso XI, artigo 55 da Lei nº 8666/1993;

13.5 - Aplica-se à execução deste contrato o disposto na Lei nº 8.666/1993, especialmente aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Elegem as partes o foro da comarca de Governador Valadares como o competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus legais efeitos, comprometendo-se as partes ao seu fiel desempenho.

Governador Valadares, ____ de _____ de 2021.

Diretora Geral - IPREM/GV
Contratante

Representante Legal
Contratada